

NOVO CURSO DE

Direito Civil

CONTRATOS:
TEORIA GERAL

4 TOMO I

PABLO STOLZE GAGLIANO

RODOLFO PAMPLONA FILHO

100 ANOS
 **Saraiva**

11ª edição
revista e atualizada

Índice

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Sociedade e Direito, o equilíbrio vital de opostos</i>	17
<i>Prefácio à Primeira Edição</i>	21
<i>Apresentação da Primeira Edição</i>	23
<i>Nota dos Autores à Oitava Edição</i>	27
<i>Nota dos Autores à Sexta Edição</i>	29
<i>Nota dos Autores à Quinta Edição</i>	31
<i>Nota dos Autores à Terceira Edição</i>	33
<i>Nota dos Autores à Segunda Edição</i>	35
<i>Nota dos Autores à Primeira Edição</i>	37

Capítulo I Introdução à Disciplina Jurídica dos Contratos

1. Importância do estudo dos contratos	39
2. Concepção histórica do contrato: do início dos tempos ao contrato de adesão.....	40
3. Os contratos no Código Civil de 2002	46

Capítulo II Visão Estrutural do Contrato

1. Noções introdutórias.....	49
2. Conceito de contrato	49
2.1. A perspectiva civil-constitucional do contrato: uma (re)conceituação?	50
3. Natureza jurídica do contrato.....	53
4. Planos de existência, validade e eficácia aplicáveis ao contrato	55
4.1. Elementos constitutivos do contrato (plano de existência do negócio jurídico)	56
4.2. Pressupostos de validade do contrato (plano da validade do negócio jurídico)	58

4.3. Fatores eficazes do contrato (plano de eficácia do negócio jurídico)	60
5. Distinções terminológicas relevantes	60
6. Forma e prova do contrato	63

Capítulo III Principiologia do Direito Contratual

1. Introdução	65
2. Breve revista ao princípio da dignidade da pessoa humana	66
3. Princípio da autonomia da vontade ou do consensualismo	71
4. Princípio da força obrigatória do contrato	75
5. Princípio da relatividade subjetiva dos efeitos do contrato	77

Capítulo IV Função Social do Contrato e Equivalência Material

1. Princípios sociais dos contratos: mudança de mentalidade jurídica ...	79
2. Função social do contrato	81
2.1. Buscando uma delimitação conceitual	82
2.2. A função social do contrato no Código Civil de 1916: análise da omissão legislativa	86
2.3. Função social do contrato no Código de 2002: análise do art. 421	89
2.4. A função social do contrato e os defeitos do negócio jurídico ...	93
3. Princípio da equivalência material	96

Capítulo V Boa-Fé Objetiva em Matéria Contratual

1. A boa-fé como um princípio jurídico	99
2. Boa-fé objetiva e boa-fé subjetiva	100
3. Compreendendo o princípio da boa-fé objetiva	102
4. Funções da boa-fé objetiva	105
4.1. Função interpretativa e de colmatação	105
4.2. Função criadora de deveres jurídicos anexos ou de proteção	106
4.2.1. Deveres de lealdade e confiança recíprocas	107

4.2.2. Dever de assistência	108
4.2.3. Dever de informação	109
4.2.4. Dever de sigilo ou confidencialidade	112
4.3. Função delimitadora do exercício de direitos subjetivos	112
5. A boa-fé objetiva e o art. 422 do Código Civil brasileiro	113
6. Desdobramentos da boa-fé objetiva	117
6.1. <i>Venire contra factum proprium</i>	118
6.2. <i>Supressio</i>	120
6.3. <i>Surrectio</i>	122
6.4. <i>Tu quoque</i>	122
6.5. <i>Exceptio doli</i>	122
6.6. Inalegabilidade das nulidades formais	123
6.7. Desequilíbrio no exercício jurídico	124
6.8. Cláusula de <i>Stoppel</i>	124

Capítulo VI Formação dos Contratos

1. Noções básicas	127
2. Fase de pontuação (negociações preliminares)	128
3. Proposta de contratar	130
3.1. Prazo de validade da proposta	132
3.2. A oferta ao público	135
3.3. Consequências jurídicas da morte do proponente	136
4. A aceitação	137
5. Formação dos contratos entre ausentes	138
6. A proposta no Código de Defesa do Consumidor	140
7. Lugar da formação do contrato	142

Capítulo VII Das Estipulações Contratuais em Relação a Terceiros

1. Introdução	145
2. Estipulação em favor de terceiro	145
2.1. Efeitos	147
3. Promessa de fato de terceiro	148
3.1. Natureza jurídica	149
3.2. Exclusão de responsabilidade: uma novidade do Código Civil de 2002	150

4. Contrato com pessoa a declarar	150
4.1. Distinção para a cessão de contrato.....	152

Capítulo VIII Classificação dos Contratos

1. O recurso pedagógico da classificação	153
2. Classificação dos contratos no Direito Romano	154
3. Contratos considerados em si mesmos	155
3.1. Quanto à natureza da obrigação	156
3.1.1. Contratos unilaterais, bilaterais ou plurilaterais.....	156
3.1.2. Contratos onerosos ou gratuitos.....	159
3.1.3. Contratos comutativos ou aleatórios	161
3.1.4. Contratos paritários ou por adesão	165
3.1.5. Contratos evolutivos.....	168
3.2. Classificação dos contratos quanto à disciplina jurídica.....	169
3.3. Classificação dos contratos quanto à forma	171
3.3.1. Solenes ou não solenes.....	171
3.3.2. Consensuais ou reais	172
3.4. Classificação dos contratos quanto à designação	173
3.5. Classificação dos contratos quanto à pessoa do contratante	173
3.5.1. Pessoais ou impessoais	174
3.5.2. Individuais ou coletivos	175
3.5.3. O autocontrato.....	177
3.6. Classificação dos contratos quanto ao tempo de sua execução...	178
3.7. Classificação dos contratos quanto à disciplina legal específica ..	180
3.8. Classificação pelo motivo determinante do negócio.....	180
3.9. Classificação pela função econômica.....	180
4. Classificação dos contratos reciprocamente considerados.....	182
4.1. Classificação quanto à relação de dependência.....	182
4.2. Classificação quanto à definitividade	183

Capítulo IX Contrato Preliminar

1. Considerações iniciais.....	185
2. Conceito e institutos similares.....	186
3. Natureza jurídica.....	187
4. Classificação.....	188

5. Tutela específica.....	191
6. Considerações sobre o contrato preliminar de doação	197

Capítulo X Contratos Atípicos

1. Introdução	201
2. Contratos típicos e atípicos.....	202
2.1. Distinção dos contratos nominados e inominados.....	204
2.2. Classificação dos contratos atípicos.....	205
2.3. Disciplina jurídica dos contratos atípicos.....	206
3. Os contratos atípicos no novo Código Civil brasileiro	209
4. União de contratos ou contratos coligados	210

Capítulo XI Interpretação dos Contratos

1. Compreendendo a atividade interpretativa.....	213
2. A opção brasileira de não estabelecimento de regras estanques de interpretação.....	214
3. Regras de interpretação no Direito Civil brasileiro	215
3.1. Regra de caráter subjetivo	215
3.2. Regras de caráter objetivo	217
3.3. Convivência e adequação das regras de interpretação: a hermenêutica principiológica constitucional.....	218
4. A interpretação de contratos de adesão	219
5. Interpretação dos contratos em microsistemas jurídicos.....	221
5.1. A interpretação do contrato de trabalho	222
5.2. A interpretação do contrato de consumo.....	224

Capítulo XII Vícios Redibitórios

1. Introdução	227
2. Conceito e características	227
3. Fundamento da garantia contra os vícios redibitórios.....	228
4. Vícios redibitórios × erro como vício de consentimento	230
5. Consequências jurídicas da verificação de vícios redibitórios	231
6. Prazo para a propositura das ações edilícias.....	233
7. Vícios redibitórios e o Código de Defesa do Consumidor.....	238

Capítulo XIII Evicção

1. Noções conceituais.....	243
2. Fundamentos jurídicos.....	244
3. Requisitos.....	245
3.1. Aquisição de um bem.....	245
3.1.1. Contratos onerosos.....	245
3.1.2. Aquisição em hasta pública.....	246
3.2. Perda da posse ou da propriedade.....	249
3.3. Prolação de sentença judicial ou execução de ato administrativo.....	250
4. Direitos do evicto.....	251
5. Espécies de evicção: total e parcial.....	252
6. Evicção e autonomia da vontade – A cláusula de não evicção.....	254
7. Evicção e benfeitorias.....	256
8. Evicção e denúncia da lide.....	257
8.1. Análise da obrigatoriedade ou não da denúncia da lide.....	257
8.2. Consequências jurídicas da denúncia da lide.....	262
8.3. Visão esquemática.....	264

Capítulo XIV Extinção do Contrato

1. Considerações metodológicas.....	267
2. Classificação das formas de extinção do contrato (noções terminológicas).....	268
3. Extinção natural do contrato.....	270
3.1. Cumprimento do contrato ou exaustão do seu objeto.....	270
3.2. Verificação de fatores eficazes.....	271
3.2.1. Vencimento do termo.....	271
3.2.2. Implemento de condição resolutiva.....	272
3.2.3. Frustração da condição suspensiva.....	273
4. Causas anteriores ou contemporâneas à formação do contrato.....	273
4.1. Nulidade ou anulabilidade.....	273
4.2. Redibição.....	274
4.3. Direito de arrependimento.....	275
5. Causas supervenientes à formação do contrato.....	276
5.1. Resilição.....	276
5.1.1. Bilateral (Distrato).....	277

a) Forma.....	277
b) Quitação.....	278
5.1.2. Unilateral.....	279
a) Limitação temporal.....	280
b) Formas especiais.....	282
b.1) Revogação.....	282
b.2) Renúncia.....	283
b.3) Resgate.....	284
5.2. Resolução.....	285
5.2.1. Algumas palavras sobre a voluntariedade da inexecução.....	286
5.2.2. Cláusula resolutória (expressa ou tácita).....	286
5.3. Rescisão.....	292
5.4. Morte do contratante.....	295
5.5. Caso fortuito ou força maior.....	297

Capítulo XV Exceção de Contrato Não Cumprido

1. Considerações iniciais.....	299
2. Conceito e natureza jurídica.....	299
3. Elementos caracterizadores.....	301
4. Escorço histórico.....	303
5. Restrição à aplicação do instituto.....	304
6. Garantia de cumprimento.....	304
7. A exceção do contrato não cumprido e a Administração Pública.....	305

Capítulo XVI Teoria da Imprevisão e Resolução por Onerosidade Excessiva

1. Introdução.....	309
2. Concepção histórica da teoria da imprevisão.....	309
3. Compreendendo a distinção entre teoria da imprevisão, cláusula <i>rebus sic stantibus</i> e resolução por onerosidade excessiva.....	312
4. Elementos para aplicabilidade da teoria da imprevisão.....	314
5. Teoria da imprevisão × lesão.....	316
6. Teoria da imprevisão × inadimplemento fortuito (caso fortuito ou força maior).....	317

7. A teoria da imprevisão no Código de Defesa do Consumidor	319
8. A teoria da imprevisão no Código Civil de 2002	321
8.1. Aplicabilidade do instituto	321
8.2. Revisibilidade do contrato.....	322
8.3. Aplicação da teoria nos contratos unilaterais.....	325
8.4. Restrição contratual à aplicação da teoria.....	325

Capítulo XVII

Inadimplemento e Responsabilidade Civil Contratual

1. Importância do tema	327
2. Regras positivadas sobre inadimplemento contratual.....	328
3. Responsabilidade civil contratual.....	329
3.1. Rememorando as diferenças entre responsabilidade civil aquiliana e contratual	330
3.2. Algumas palavras sobre a cláusula penal.....	332
4. Responsabilidade civil pré-contratual.....	332
4.1. Recusa de contratar.....	333
4.2. Quebra das negociações preliminares	334
5. Responsabilidade civil pós-contratual	337

Capítulo XVIII

O Direito Intertemporal e os Contratos

1. A importância do Direito Intertemporal em matéria de contratos.....	339
2. Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada: breves noções.....	340
3. Da regra básica de Direito Intertemporal em matéria de contratos....	342
4. Conflitos na aplicação das normas contratuais em face do CC-02.....	345
4.1. Da (in)constitucionalidade do art. 2.035 do Código Civil.....	346
4.2. Entendendo o art. 2.035 do Código Civil.....	347

Capítulo XIX

Introdução aos Contratos em Espécie

1. Contratos em espécie.....	353
2. A proposta do próximo tomo.....	353
<i>Referências</i>	355